

Fonte: Primeiro de Janeiro – Junho 2006

Trabalhadores admitem greve se não houver aumentos

Misericórdia de Gaia adia decisões

Os cerca de 300 trabalhadores da Misericórdia de Gaia terão de aguardar pelo dia 14 para saber se a instituição irá ou não actualizar os salários. A reunião da Mesa Administrativa será decisiva, pelo que o sindicato avisa que a não cedência implicará o avanço para a greve.

Eduarda Vasconcelos



A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Gaia vai reunir na próxima quarta-feira, dia 14 de Junho, para analisar as reivindicações de aumentos salariais feitas por cerca de 300 trabalhadores. O Sindicato da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte contava ter ontem já algumas novidades durante um encontro com o provedor da instituição, mas Pinto Brandão acabou por comunicar que “terá de ser a Mesa Administrativa [MA] a tomar uma decisão definitiva”, adiantou ao JANEIRO o dirigente sindical Francisco Figueiredo. “Esperávamos respostas e não que viessem dizer que ainda não tinham decidido nada”, lamentou o sindicalista. À saída da reunião com o provedor, o sindicato acordou com a Comissão de Trabalhadores aguardar pela assembleia da MA da próxima quarta-feira de forma serena. Francisco Figueiredo acredita que na sexta-feira seguinte a Misericórdia já deverá revelar as conclusões do encontro. Caso as respostas não vão ao encontro das reivindicações, o sindicato prevê reunir em plenário com os trabalhadores a 20 de Junho para analisar formas de luta: “Se não cederem, muito provavelmente decretaremos a greve”. O dirigente sindical mostrou-se com expectativas pessimistas num bom desfecho, frisando que a “nossa percepção é a de que a Santa Casa está muito renitente em ir ao encontro das queixas”.

CCT não foi publicado

As cerca de três centenas de funcionários da Misericórdia de Gaia pretendem que a actual MA, que tomou posse em Janeiro, faça a normal actualização de salários. Os queixosos garantem que em anos anteriores a situação sempre se verificou. O não cumprimento da actualização que se deveria ter verificado logo no início do ano é alegadamente justificado pela actual MA com o argumento de que “o Contrato Colectivo de Trabalho não foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego”. Ora, o sindicato assegura que o contrato foi negociado com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e depositado no Ministério do Trabalho que só não o publicou porque não recebeu esclarecimentos a uma questão formulada: “O Ministério queria saber se se tratava de um novo contrato ou se era para dar continuidade ao vigente”, elucidou Francisco Figueiredo, acrescentando que “a nova direcção da CNIS não quer honrar o acordo estabelecido com a anterior”.

Reclamações

Folgas e feriados

Além da questão relativa à actualização salarial deste ano, os trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Gaia queixam-se ainda que a instituição se recusa a conceder dois dias de folga semanais e o descanso compensatório dos feriados. A alteração do regime de diuturnidades, sem consulta prévia, é outra das reclamações dos funcionários. Saliente-se, a propósito, que os cerca de 300 trabalhadores em causa trabalham em quatro lares (Almeida e Costa, Salvador Brandão, Tavares Bastos e Residencial), numa creche, num centro de acolhimento, numa farmácia e ainda em serviços de fisioterapia e quimioterapia que são prestados pela Misericórdia nos seus equipamentos.